



Governadora coloca os empregos da Aracruz em perigo

Com a demora em definir a legislação para o plantio de eucalipto, a Governadora Yeda Crusius coloca em risco centenas de empregos diretos e terceiros na Aracruz Celulose.

Com o passar do tempo e a indecisão da governadora pela definição, pelo menos provisória, do regramento para o plantio de eucalipto, em nosso estado, fez com que os dirigentes da Aracruz Celulose concedessem entrevistas aos jornais locais e estaduais, criticando as contradições do Governo Yeda. Walter Lídio, Diretor de operações da empresa, em entrevista ao jornal Gazeta Centro Sul, (edição 707 de 28/04/07), disse que "aqui o Governo do Estado fala uma coisa e faz outra." Disse, também, que "o prazo está se encurtando

e começa a acender uma luz vermelha para esse investimento, com grande possibilidade de ocorrer demissões nos próximos dias em função da falta de definições para o licenciamento do plantio". Já o Presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, foi enfático: "Se não houver liberação do plantio até junho, no mês seguinte estaremos indo para outro estado".

O SINPACEL repudia qualquer ato, condição, ação ou decisão que ponha em risco os empregos da categoria ou que possa precarizar as condições de trabalho. Nos próximos dias o SINPACEL estará realizando ações no sentido de sensibilizar a Governadora para que esta defina rapidamente as condições de plantio de eucalipto, para que a empresa Aracruz possa dar

continuidade em seu plano de expansão, pois sabemos da importância desse empreendimento para a manutenção e aumento dos postos de trabalho.

O SINPACEL denuncia que os desmandos da Governadora não estão limitados a questão do plantio de eucaliptos. Pois não foi somente para a direção da Aracruz que a Governadora disse que faria uma coisa e está fazendo outra. A privatização do Banrisul é outro exemplo. Quem não se lembra que ela dizia, na sua campanha eleitoral: que não privatizaria o Banrisul? Pois é a privatização do banco dos gaúchos já está em andamento! Ninguém é obrigado a prometer nada para ninguém, mas se prometer tem de cumprir. Isso é uma questão de ética! Cobraremos, também, coerência da Governadora!

***João Carlos da Silva Caldas**

Terceirização da Planta química da Aracruz Celulose

Durante o mês de abril do corrente ano, tivemos a visita de algumas empresas interessadas na compra da Planta Química da Aracruz Celulose unidade de Guaíba, esta notícia acabou gerando uma grande desconfiança entre os operadores e uma grande preocupação na diretoria do SINPACEL.

Os operadores da Planta Química têm em média vinte e quatro anos de experiência e competência, média entre o mais novo e o mais veterano operador, o que ajuda na produção sempre com superávit no que é orçado em termos de produção e da uma grande tranquilidade para a Aracruz Celulose na questão ambiental.

O SINPACEL tem ouvido dos operadores perguntas do tipo: como ficará à escala de turnos? Vamos perder os adicionais de 38%? O adicional de 40% de férias, como é que fica? E quem tem os pais no plano de saúde da Unimed?...

Todos os questionamentos acima mencionados têm como exemplo os funcionários da Sindus, da Julio Simões, da Andritta e outras tantas, pois quando pertenciam à Riocell tinham salários e benefícios que

após à terceirização foram se precarizando e se perdendo ao longo do tempo. Basta perguntar para os companheiros destas empresas: o que eles recebem de participação nos resultados ou nos lucros? Como é o plano de saúde e o plano odontológico? Como é a escala de trabalho? Como são os adicionais que recebem e como eles se sentem no que se refere à valorização profissional?

O SINPACEL não vai permitir que os trabalhadores tenham perdas, nem que para isto tenhamos que paralisar toda à unidade de Guaíba! Pois os companheiros da Planta Química são atores diretos na conquista do ambiente democrático que temos na Aracruz Celulose e são também responsáveis por conquistas memoráveis como os 45% de adicional fixo de turno, os 80% de adicional de férias e a escala de 6X4 no revezamento de turnos.

Os companheiros da Planta Química podem ter certeza que à direção do SINPACEL e à CUT estarão juntos na luta pela manutenção de todas as conquistas. Pois elas foram conquistadas com muito sacrifício e não podem ser colocadas num pacote e ser comercializadas como se fosse uma simples mercadoria.

Entrega de Bonés

Em função de não ter ocorrido a festa de 1º de maio – Dia do Trabalhador – o Conselho do SINPACEL deliberou por marcar esta data com a entrega de um boné para cada trabalhador e trabalhadora da categoria. O Boné na cor vermelha, cor do SINPACEL, tem em sua lateral a inscrição alusiva ao dia 1º de maio. Na parte frontal o logotipo e a sigla do Sindicato.

Essa decisão foi tomada em função de que o Sindicato, nas festas, tem um gasto de 2/3 do valor da refeição, enquanto que o trabalhador entra com 1/3. Assim, por não ter gasto com a festa o SINPACEL decidiu por presentear os trabalhadores com um boné.

O boné foi bem aceito pelos trabalhadores, a exceção de alguns gremistas que queriam que a cor fosse azul.



Rubinho e Solismar entregando os bonés para os trabalhadores da Santher

Direito do trabalhador ou do empregado

O debate sobre o mundo do trabalho ganhou uma dimensão inesperada, especialmente em função da emenda 3, que autoriza a contratação de pessoa jurídica em lugar de física, e da proposta do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), que sugere a remuneração do trabalhador exclusivamente por produção. (Quem diria! O PTB que vai para televisão dizer que defende os direitos dos trabalhadores. Propõem uma insanidade dessas). O movimento sindical deve aproveitar essa oportunidade para incluir na pauta de debate outros aspectos das relações de trabalho, como o alcance dos direitos sociais dos trabalhadores e a remuneração e condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados e dos contratados como pessoa jurídica. São temas interessantes para serem levados à apreciação do presidente da República, que conhece como poucos esses aspectos do trabalho em nosso País.

O artigo 7º da Constituição estabelece que "são direitos dos trabalhadores, além de outros que visem a melhoria de sua condição social, os seguintes", e lista, entre outros, férias com acréscimo de um terço, 13º salário, descanso semanal remunerado, aposentadoria etc. O texto é explícito: são direitos dos trabalhadores e não somente dos empregados.

O inciso IX do art. 114 da Constituição, com a redação dada pela E.C. 45 (Reforma do Judiciário), transferiu do fórum Civil (da Justiça Comum) para o fórum trabalhista (Justiça do Trabalho) a apreciação de todos os conflitos do trabalho e "outras controvérsias decorrentes das relações de trabalho", ampliando com isto as atribuições do Poder Judiciário trabalhista, que passa a julgar "relações de trabalho" e não apenas de emprego.

O inciso I da Lei nº 10593/2002, que trata da fiscalização do trabalho, atribui ao auditor-fiscal do trabalho o poder ou prerrogativa de fiscalizar não apenas o emprego mas também as relações de trabalho, podendo tomar todas as medidas necessárias para o combate às fraudes.

Os direitos, portanto não são apenas dos empregados. O Estado tem que assegurar os direitos dos trabalhadores sem carteira assinada e dos contratados sob outras formas, inclusive por intermédio de pessoa jurídica, como meio de combater a terceirização e a intermediação de mão-de-obra. Para terminar com a vantagem comparativa da intermediação, além de fortalecer a fiscalização, o Estado deveria criar um tributo sobre as empresas que contratam pessoa jurídica para a prestação laboral.

Os trabalhadores terceirizados, tanto quanto os que são forçados a se transformar em pessoa jurídica ou os que prestam serviços em cooperativas fraudulentas, precisam ser protegidos pela legislação do trabalho. A remuneração e as condições de trabalho devem ser fixadas em função da atividade e não em razão do contratante. Para trabalho igual, salário igual. Se o empregado da empresa onde o terceirizado ou o prestador de serviço atua ou faz o mesmo serviço que ele, porque ter menos direitos? A constituição, nos incisos XXX a XXIV do art. 7º, proíbe qualquer tipo de discriminação nas relações de trabalho.

Será que estes temas terão o mesmo espaço na mídia? Claro que não. Os setores conservadores querem precarizar o trabalho. Como alternativa à emenda 3 por exemplo, já estão falando em permitir a contratação de pessoa jurídica individual quando a prestação de serviço envolver trabalho intelectual. O grande risco, além de outros, é que se inclua a categoria dos professores entre as que serão classificadas como prestadora de serviço de natureza intelectual, com a conseqüente destruição dos direitos trabalhistas desses profissionais de ensino.

Antonio Augusto de Queiroz
Diretor de Documentação do DIAP

28 de abril

Dia internacional em Memória às
Vítimas de Acidentes e Doenças
Relacionadas ao Trabalho

No dia 28 de abril de 1969, ocorreu uma explosão na mina de Farmington – Virgínia – EUA, onde morreram 78 mineiros. Em 2003, a Organização Internacional do Trabalho – OIT – adotou essa data como o dia oficial da segurança e da saúde nos locais de trabalho. Em maio de 2005, foi instituído o Dia Nacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionados ao Trabalho, regulamentado pela Lei nº11.121/2005.

Em todo o mundo, a data lembra o outro lado do trabalho: o que acidenta, incapacita e mata. No Brasil, os números apontam para uma guerra invisível em que morrem, todos os anos, 3 mil trabalhadores – uma morte a cada duas horas de trabalho – e outros 300 mil se acidentam – três acidentes a cada minuto trabalhado.

Segundo estimativas da OIT, ocorrem anualmente, no mundo cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho, além de, aproximadamente, 160 milhões de casos de doenças ocupacionais. Essas ocorrências chegam a comprometer 4% do PIB mundial. Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde – OMS, na América Latina, apenas 1% a 4% das doenças do trabalho são notificadas.

NO DIA 27 DE ABRIL, numa sexta-feira, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, o Fórum Sindical de Saúde do Trabalhador – FSST e a CUT/RS promoveram um ato em tributo às vítimas dos acidentes e das doenças do trabalho. Foi organizada uma estrutura que possibilitou uma programação das 09h às 13h, com rádio ao vivo com o jornalista Nilton Fernando. Durante o evento foram prestadas orientações sobre acidentes e doenças do trabalho por advogados, médicos, psicólogos e assistentes sociais, além de exibição de filmes.

No final do evento foi realizada uma caminhada com a presença de diversas categorias de trabalhadores, entre elas o SINPACEL. A caminhada fez duas paradas, uma em frente ao prédio do INSS, e outra em frente ao prédio da DRT, com palavras de ordem no sentido de humanizar o tratamento dos peritos do INSS, para com os trabalhadores e no sentido de uma maior fiscalização nos ambiente de trabalho. A caminhada terminou na frente do prédio do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.

Condições para o aluguel do Salão

Sábado

Sócio - R\$ 200,00
Não Sócio - R\$ 400,00

Sexta e Domingo

Sócio - R\$ 125,00
Não Sócio - R\$ 250,00

Segunda à Quinta

Sócio - R\$ 95,00
Não Sócio - R\$ 190,00

Cheque Caução

Sócio e Não Sócio - R\$ 150,00

Ao efetuar o aluguel do salão é cobrado no ato da locação sinal de 30% sobre o valor total do referente dia. Este procedimento visa assegurar ao locatário a data desejada e para o locatário (SINPACEL) o cumprimento da obrigação, porém, em caso de desistência as importâncias pagas não serão devolvidas.

Para os Sócios: Somente sócios e dependentes dos mesmos poderão locar o salão com o devido valor da categoria.

CURSO DE INGLÊS

APRENDAA FALAR / LER / ESCREVER / GRAMÁTICA

Sócio - Entrada + 5 x R\$ 55,00

Não Sócio - Entrada + 5 x R\$ 60,00

Material didático - R\$ 20,00

Terça e Quinta — Manhã das 9h às 11hs
Tarde das 14h às 16h
Noite das 19h às 21h

Sábado — Manhã das 9h às 11h

A falta de um grande Companheiro

Participamos de um manifesto organizado pela CUT em Porto Alegre no dia 10 de abril, contra a emenda 3 e o que ela representa e em apoio ao veto presidencial deste projeto. Eram seis horas da manhã quando eu, e os Companheiros Anselmo, Ribeiro, Jorge e Cristiano chegamos na praça Pinheiro Machado. Foram chegando sindicalistas de todo o estado e aos poucos éramos centenas e tomávamos a Farrapos em direção ao Centro da cidade. Nossa Missão era de chamar atenção de todos com relação a esse golpe que se anuncia. Nossa caminhada rumava para a Federasul e mais tarde para a DRT. Nossa bandeira gigante da CUT companheira de todos os nossos grandes manifestos, seguia carregada por dezoito pessoas logo atrás do caminhão de som. Ao microfone vários nomes do Sindicalismo gaúcho falavam palavras de ordem e discursavam sobre o tema não só para as pessoas que se deslocavam para seus trabalhos, como também

para as pessoas que abriam as janelas dos prédios atentas ao manifesto. Porém para nós, faltava uma voz no microfone, faltava um braço para segurar aquela bandeira, enfim, faltava a presença física do grande companheiro e amigo Juarez Pires, que tinha nos deixado. Essa falta era expressada em de nossos rostos e também em nossos olhos. Seguramos com força nossa bandeira e fomos em frente, pois a luta tinha que continuar. Protestamos em frente da Federasul e fomos para a DRT, onde fomos muito bem recebidos pela Delegada Regional do Trabalho que em seu discurso deu total apoio ao nosso movimento. Foi sem dúvida um dia importante para a classe trabalhadora, marcado por manifestos em todo o Brasil, mas faltou a para nós, presença grandiosa desse inesquecível companheiro de luta.

Solismar Z. Silveira
Diretor de Divulgação e Cultura

SINPACEL participa de atos contra a Emenda 3

O SINPACEL esteve presente no Manifesto contra a Emenda 3, organizado pela CUT, no dia 23 de abril, na praça do Laçador. Participaram os seguintes sindicalistas: Getúlio, Serginho, Cristiano, Pedro, João Caldas, João de Deus, Ernani, Solismar, Fogaça, Anselmo, Jorge (Pepino), João Leonar, Rubinho e Renato Maia. O Presidente do SINPACEL, em sua fala, chamou a atenção dos presentes a uma reflexão sobre o voto que é dado à políticos que posteriormente se voltam contra os interesses da classe trabalhadora. Como nesse caso da Emenda 3, que 370 deputados e senadores votaram a favor da emenda e contra os interesses dos trabalhadores. Caldas denunciou que diante de uma forte pressão do empresariado e dos partidos liberais a imprensa brasileira distorce, de maneira vergonhosa as razões dessas manifestações em uma clara manobra conjunta, para enganar os Trabalhadores, que muitas vezes podem estar desatentos a essa tentativa de calotear direitos através de um projeto de nome bonito, mas que no fundo, pode tirar muitos dos direitos conquistados. Por fim, parabenizou os trabalhadores da DHB (empresa metalúrgica de Canoas) pela coragem de comparecerem em massa à manifestação.

O SINPACEL, além deste ato, já participou de outros dois: um no dia 2 de abril, onde sindicalistas de diversas entidades, encontraram-se no saguão do Aeroporto Salgado Filho na tentativa de sensibilizar os deputados federais que embarcavam para Brasília. Neste ato nosso Sindicato foi representado pelos sindicalistas: Anselmo, Adelino, Ribeiro, Fogaça e João Caldas. O outro ato ocorreu no dia 10 de abril, com uma caminhada até a DRT. Nesta manifestação participaram, representando o SINPACEL, os sindicalistas: Jorge, Solismar, Cristiano e Anselmo. O Sindicalismo Brasileiro, está mobilizado para defender o veto do Presidente Lula ao projeto da emenda 3 aprovado pelo Congresso Nacional. Já foram realizadas em todo o país pela CUT, diversas manifestações de apoio ao veto presidencial e em repúdio a esse projeto, que visa nada mais, do que precarizar as condições de trabalho de milhões de trabalhadores.

O SINPACEL, conjuntamente com a CUT e as demais entidades sindicais, está atento aos desmandos dos patrões e políticos que atacam descaradamente, os direitos dos trabalhadores, pois estamos engajados na luta da defesa e na proteção destes direitos.



Diretores do SINPACEL no Manifesto contra a Emenda 3 na praça do Laçador



Caldas em seu pronunciamento



Jorge, Cristiano, Solismar e Anselmo no Manifesto contra a Emenda 3 na DRT

PASSO FUNDO, UM LUGAR ESQUECIDO

Foi exatamente em maio de 1984 que conheci o lugar onde eu iria trabalhar até hoje. Era um dia chuvoso e o ônibus mal conseguia andar diante da buraqueira e do barro daquela estrada. Fui até a Cia Pedras Brancas (hoje Santher) para a primeira entrevista de admissão. Minha surpresa positiva durante aquele percurso, foi ver pessoas sobre a ponte do arroio Passo Fundo pescando lindas traíras e jundiás. Comecei a trabalhar na fábrica e o que mais se comentava e se reivindicava já naquela época, era o asfalto até a rua Amaral Ferrador. Promessas já não faltavam naquele 1984. Elas mantiveram acesas nossas expectativas durante anos. O tempo passou e pude acompanhar muitas lutas por essa obra. Abaixo assinado, promessas de todos os Prefeitos, a comunidade bloqueando a rua em sinal de protesto, as pessoas organizadas lotando ônibus e votando pela obra na consulta popular do governo anterior, enfim, são 23 anos. Houve nesse período a pavimentação de dois trechos até a ponte, mas da ponte até a Amaral ferrador, nada. A poeira está cada vez pior, agora será o barro com a chegada do inverno, a velha ponte do arroio ainda resiste com as guardas de proteção quebradas há meses, os peixes morreram todos, o mau cheiro da água é insuportável devido a uma poluição que vem não sei de onde e ninguém faz absolutamente nada. Fomos informados pela prefeitura em 2006 que a verba para o asfalto estava garantida pelo Estado, pois tinha sido aprovada na consulta popular, pois existia o número de processo, número de liquidação e tudo. Mas, o dinheiro não chega em Guaíba. Lamentavelmente o poder público esqueceu definitivamente de um bairro com trabalhadores que pagam impostos, com duas escolas importantes, com uma das maiores empresas de Guaíba, esqueceu do trecho da estrada de maior movimento de carros, ônibus e caminhões e que nos liga com a cidade da Barra do Ribeiro, esqueceu do arroio Passo Fundo, e, por fim, esqueceu também das pessoas. O que terão que fazer os contribuintes deste lugar, para verem os impostos que pagam todos os dias, revertidos em seu favor? As pessoas que passam por ali todos os dias assim como eu, sabem do que eu estou falando, conhecem essa realidade e estão decepcionadas assim como eu, diante de um momento em que nem promessa existe mais, neste lugar chamado de Passo Fundo.

Solismar Z. Silveira
Diretor de Divulgação e Cultura
SINPACEL Guaíba

MELITTA DOBRA A RECEITA E INVESTE EM CAMPANHA

Em um mercado onde a disputa na gôndola é acirradíssima, a Melitta do Brasil tem bons motivos para comemorar. A companhia dobrou o valor de seu faturamento nos últimos quatro anos e aumentou sua participação no segmento de café torrado e moído, um negócio com cerca de 1,1 mil indústrias e mais de duas mil marcas no país.

Líder no mercado brasileiro em vendas de filtros de papel e na vice-liderança em café torrado e moído, atrás da multinacional americana Sara Lee (que detém as marcas Pilão, Caboclo, Café do Ponto, Seletto e União), a Melitta lançou uma campanha publicitária para comemorar essa boa fase. “Em quatro anos (de 2002 a 2006) dobramos o faturamento da empresa de R\$ 200 milhões para R\$ 426 milhões”, diz Bernardo Wolfson, presidente da Melitta do Brasil ao Valor. Neste mesmo período, a participação da marca no mercado saltou de 5% para 6,9%. Em filtros de papel, subiu de 50% para 53,4%. O Brasil é o segundo principal mercado da Melitta, que tem sede na Alemanha. Para este ano, a empresa pretende crescer cerca de 15%, mesmo patamar verificado em 2006.

Wolfson, presidente da Melitta do Brasil: faturamento de R\$ 426 milhões em 2006

Batizada como “Vidão Melitta”, a empresa reúne em uma única campanha seus dois principais produtos - café e filtro de papel -, como forma de consolidar a marca e fidelizar o consumidor. É a primeira vez que a Melitta faz uma campanha casada com dois produtos, desde que chegou ao Brasil no final da década de 60.

Atualmente, a base da Melitta no país representa 13% do faturamento da multinacional alemã, de 1,1 bilhão de euros em 2006. As exportações da subsidiária brasileira representam apenas 1% do faturamento do grupo no Brasil. “Temos como principal foco o mercado interno”, disse o executivo. As vendas de café torrado e moído crescem cerca de 15% ao ano. Em 2006 o brasileiro consumiu 16 milhões de sacas, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic). O Brasil é o segundo maior consumidor de café, atrás dos EUA, e quer ser o primeiro até 2010, quando o consumo deverá superar 20 milhões de sacas.

Fonte: Valor Econômico 02/05/2007

A MELITTA INVESTE EM CAMPANHA MAS NÃO NO TRABALHADOR

Por outro lado, é lamentável perceber que contrastando com o desempenho do Grupo Melitta, o investimento nos trabalhadores passa por um processo lamentável de retrocesso, como podemos perceber nos contratos realizados com as empresas que fornecem alimentação, como é o caso da Sodexo na empresa Celupa onde a refeição caiu de qualidade. Em pouco mais de três meses de atuação na empresa Celupa, já foram servidos peixe estragado e frutas roídas por ratos, a carne é servida com extremo cuidado, para não ultrapassar uma medida de

120 gramas o que na maioria das vezes está longe de ser atingida. A situação é tão complicada que até o diretor Celupa o Sr. Armando não almoça mais no refeitório da empresa. Além disso existem outras situações que por hora não vamos denunciar aqui. Fazer economia na refeição dos trabalhadores com certeza não pode fazer parte da filosofia de uma empresa líder no mercado que pretende um crescimento de seus negócios. Esperamos que o comando da Celupa tome as devidas providências para que melhore a qualidade da refeição servida na empresa.

Novo Vice-Presidente do SINPACEL

Como determina nosso estatuto social, diante da perda de nosso vice-presidente Juarez Pires, nosso conselho deliberativo reunido no mês de abril, elegeu o companheiro Walter Tomaz Fogaça de Oliveira como o novo vice-presidente. Fogaça, como é conhecido, trabalha na Aracruz e ocupa o cargo de Diretor de Formação e Relações Sindicais deste sindicato e construiu no sindicalismo uma longa história de trabalho e de lutas. Fogaça, foi um dos idealizadores da chapa 2, juntamente com o Presidente João Caldas, Solismar Silveira, Juarez Pires, Jorge Luis dos Santos, Renato Maia e outros companheiros e se destacou no sindicalismo pela sua convicção, por sua capacidade de articulação e coragem. Representou nosso Sindicato em diversos

lugares do Brasil e tem a mesma formação Cutista do vice anterior. Diante da aclamação do conselho deliberativo por seu nome, emocionado disse: “O Companheiro Juarez tinha uma maneira insubstituível de fazer sindicalismo. Vou trabalhar da minha maneira fazendo o possível para continuar nossa luta na intenção de fazer a diferença na vida das pessoas”. Companheiro Fogaça, conte conosco sempre!



Walter Fogaça

Primeiro de maio Dia dos trabalhadores

A CUT-RS com apoio dos sindicatos filiados e dos Movimentos Sociais, promoveu na manhã do dia 1º maio, um evento que reuniu centenas de pessoas no parque Farroupilha em Porto Alegre.

Além dos sindicalistas dezenas de famílias que passeavam pelo parque decidiram unir-se aos companheiros e companheiras e lutarem junto pelos direitos dos trabalhadores.

Os principais assuntos debatidos no evento foram: a manutenção do veto presidencial à Emenda 3, o PLP 01/07 entendido como uma medida que penaliza o setor público federal, e a valorização do piso regional, dado que, este ano a governadora Yeda está propondo apenas 3,3% de reajuste o que equivale ao INPC do período.

A privatização do Banrisul, as precariedades da saúde

e da educação também foram temas levantados pelos dirigentes.

O evento foi bastante descontraído, visto que entre as falas dos representantes das entidades, ocorreram as apresentações da banda Swing Barão e da escola de samba Imperatriz Dona Leopoldina.

As falas políticas a respeito dos temas do 1º de maio foram feitas por Celso Woyciechowski, Presidente da CUT-RS, Quintino Severo, Secretário Geral da CUT Nacional, Antônio Saldanha da CGTB e por representantes do Cpers/Sindicato, Sindserf/RS, Sindibancários e dos Movimentos Sociais.

Também estiveram presentes os representantes dos partidos políticos PT, PCdoB e PSB.

Fonte: CUT-RS



Presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski em seu pronunciamento no dia 1º de Maio

Como se faz as leis

Continuação...

(Para melhor acompanhar as informações deste texto, reveja as edições n° 55 e 56)

A missão primeira dos parlamentares (deputados e senadores) nas democracias é reconhecer, garantir e proteger as liberdades e os direitos fundamentais da cidadania. E o cidadão, como titular do poder, compete fiscalizar o desempenho dos eleitos, cobrando compromissos e éticas no exercício das funções públicas.

Portanto, cabe á sociedade, em geral, e aos setores organizados, em particular, acompanhar as atividades dos poderes, particularmente do Legislativo e do Executivo. Contudo, para acompanhar as atividades dos poderes, particularmente do Legislativo e do Executivo. Contudo, para acompanhar e influenciar na tomada de decisão é fundamental conhecer o processo decisório, incluindo as táticas e estratégias empregadas, os atores envolvidos, os instrumentos e regras utilizadas.

Este texto tem este objetivo: dar noções gerais de funcionamento dos poderes, suas instâncias decisórias, e informar como tramitam as matérias, a tipologia e hierarquia das leis, os tipos de políticas públicas aprovadas, o ciclo orçamentário e principalmente como atuar no acompanhamento da formulação e validação das políticas públicas.

2. – PROCESSO DECISÓRIO NOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

O processo decisório no Governo e no Congresso Nacional é muito complexo. Seu desfecho, em geral, é mais produto de negociação e disputas internas do que de ação racional. A tomada de decisão na arena política, portanto, depende de uma série de fatores, que vão desde a conjuntura política, as lutas internas, a importância e

apoio da sociedade a matéria submetida ao legislativo, passando pela credibilidade do autor da proposição até pela forma de tramitação nos órgãos técnicos das duas Casas do Congresso.

A conjuntura política interfere de modo acentuado, na capacidade de articulação, negociação e votação das matérias no Congresso. Os momentos de crise política, como as havidas no segundo ano do Governo Collor e no terceiro do Governo Lula, praticamente paralisaram o processo decisório no Legislativo.

A sucessão de episódios negativos envolvendo autoridades do Poder Executivo e os parlamentares, como aconteceu nesses dois momentos, compromete a capacidade dos parlamentares legislarem. Diante da crise, não há ânimo nem legitimidade e pára a votação e aprovação de matérias relevantes. As atenções se voltam para a investigação.

No presidencialismo de coalizão, como praticado no Brasil, no qual o Chefe do Poder Executivo depende de vários partidos para governar, as lutas internas e a negociação são inevitáveis. E elas se dão em três dimensões: a ideológica, a burocrática e a política ou de autoridade e comando. Os exemplos, tanto no legislativo, especialmente entre os partidos da base, quanto no Executivo, notadamente entre ministros ou entre estes e seus auxiliares, sobretudo em matérias ambientais e de saneamento, são frequentes.

O tema das políticas públicas e o apoio que elas recebem da sociedade organizada também podem ajudar ou dificultar sua aprovação no Congresso. Tema que não tem “padrinho”, ou seja, não conte com apoio consistente, que possa mobilizar recursos de poder para sua aprovação, tende a ficar nos arquivos do legislativo. É muito comum, que matérias importantes de iniciativa do Poder Executivo, por falta de unidade no Governo e em sua base de apoio, fiquem anos sem deliberação conclusiva; caso, por exemplo, da lei saneamento, enviada ao Congresso pelo Governo FHC em 2001.

As credenciais do autor das proposições podem ser decisivas para a provação de matéria no Congresso. Os presidentes da República, quando contam com apoio da opinião pública ou não estão com sua legitimidade questionada, aprovam com mais facilidade suas matérias no Congresso. Basta organizar minimamente uma coalizão de partidos para sustentá-las no legislativo. Os recursos de poder para tanto são três: distribuir cargos aos aliados, liberar recursos do orçamento e ceder no conteúdo da política pública. A distribuição de recursos públicos, a exemplo do compartilhamento de gestão, não pode se constituir em mera barganha, em que se trocam recursos por votos. Devem obedecer a critérios que sejam defensáveis ética e moralmente.

Entretanto, quando os governantes perdem o apoio na sociedade, o reflexo no Parlamentar é quase automático. Os parlamentares, quando decidem apoiar ou fazer oposição a determinado governante, em geral, fazem um cálculo de custo versus benefício. Há dezenas de exemplos de perda de apoio parlamentar em razão da queda popularidade dos governantes ou, mais grave ainda, da perda de autoridade e legitimidade.

Os exemplos são muitos e variados em cada um desses aspectos nos governos dos presidentes Collor, FHC e Lula. O Governo Collor, por exemplo, com exceção das medidas provisórias dos confiscos da poupança e das privatizações, logo no início do primeiro ano do mandato, nada conseguiu avançar nas demais proposições relevantes, que só foram transformadas em normas jurídicas nos governos seguintes, especialmente na gestão de Itamar Franco.

A legitimidade é fundamental. Na gestão Collor varias iniciativas foram anunciadas com estardalhaço, mas não saíram do lugar durante seus dois anos de mandato. O pacote de proposições supostamente destinado a “modernizar o país”, que incluía uma proposta de Emenda à Constituição (PEC), como o famoso emendão, que abria o subsolo para exploração por empresa estrangeiras, modificava o conceito d e empresa brasileira de capital nacional, acabava com a estabilidade do servidor, eliminava a aposentadoria integral dos servidores, entre

outras mudanças, só foi implementado no Governo FHC, que tratou dessas matérias em PECs por assunto.

Os principais projetos da era Collor, especialmente os que cuidavam da lei de patentes, da quebra do monopólio nos portos, de licitações e de concessão de serviços públicos, entre outros, só conseguiram ser transformados em lei na gestão Itamar Franco. A hostilidade e essas proposições no Congresso, durante o curto mandato de Collor, era muito grande. Bastou Itamar Franco assumir o cargo de Presidente da República e passar a defender os textos enviados na era Collor, para que o Congresso, cuja composição era a mesma, mudasse completamente de opinião, passando a apoiar de modo entusiasmado a “nova” agenda.

A explicação para tamanha mudança de opinião está associada á legitimidade do novo presidente e seus interlocutores. Enquanto Collor contou com apoio apenas da centro-direita para a direita (PFL, PTB e PRN), Itamar contava com o apoio das principais forças políticas do país e do legislativo. Formou uma grande coalizão de partidos, que foi de centro-esquerda a centro-direita. Sua base de sustentação incluía desde os partidos de centro (PSDB, PMDB), de centro-esquerda (PSB e PPS), de esquerda (PC do B) e de centro-direita (PTB e PFL).

Um aspecto, por exemplo, eram o então pouco expressivos líderes do Governo Collor [deputados Renan Calheiros (PMDB/AL), Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)], auxiliados pelo principal líder do Centrão, Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA), à época muito estigmatizado por sua vinculação com a ditadura, defenderam a lei de patentes proposta por um Presidente da República fortemente questionando. Outro, completamente diferente, era Roberto Freire (PPS/PE), comunista histórico, defender o mesmo pleito, desta vez endossado pelo presidente Itamar Franco, cujo governo gozava de grande credibilidade. Igualmente, na lei que quebrou o monopólio dos portos. Uma situação era o ministro da Infra-estrutura, empresário Osires Silva, adepto histórico da privatização dos portos, ou sucessor, João Santana, defensor do Estado mínimo, ou, ainda, Afonso Camargo, que assumiu o Ministério dos Transportes após o desmembramento do Ministério da Infra-estrutura em Ministério das Comunicações e Ministério dos Transportes, defenderam essas iniciativa do Governo Collor. Outra era o ex-comunista, Alberto Goldman (PSDB/ SP), como ministro dos Transportes de FHC, defender o mesmo pleito no parlamento.

Assim como a conjuntura e o apoio da sociedade, o modo como as matérias tramitam também interfere na tomada de decisão. Os projetos de lei, por exemplo, podem tramitar em rito ordinário, com poder conclusivo nas duas ou três comissões que passar, podem, ainda, caso distribuídos a mais três comissões de mérito, ser analisados em uma comissão especial; e também podem ser emendados e avaliados diretamente em plenário, quando em regime de urgência.

Em cada modalidade de tramitação, há vantagens e desvantagens. Em geral, a tramitação normal nas comissões é a mais demorada. Apreciar em comissão especial, desde que não tenha sido criada para mera manobra protelatória, é mais ágil, mais votar matérias diretamente em plenário, pode ser mais rápido ainda. Isso em circunstâncias normais. Entretanto, quando a pauta estiver bloqueada por medida provisória, e isto tem sido regra nos últimos anos, levar uma matéria para votação em plenário, seja por requerimento de urgência, seja por meio de recurso, pode se constituir em medida protelatória.

Este primeiro item deste tópico deixou evidente que o processo decisório considera elementos para formação de convicção e a conseqüente tomada de decisão. Inclui desde a leitura da conjuntura, passa pelos aspectos simbólicos e de relações de poder, até as disputas e negociações políticas, além de capacidade operacional e manejo de táticas e estratégias.

No item a seguir, o propósito é analisar as relações de poder no interior da administração pública federal e sua hierarquia na tomada de decisões.

Serviços do SINPACEL

Atendimento Médico	Horário
--------------------	---------

CONVÊNIOS (Retirar autorização na sede do Sindicato a partir do dia primeiro do mês - são dez (10) autorizações

CARDIOLOGISTA DRA MARIZA FERNANDES FONE: 3480 34 71	DE 2ª À 6ª FEIRA	HORÁRIOS DIFERENCIADOS
OTORRINOLARINGOLOGISTA DR JOSÉ HENRIQUE FONE: 3480 34 71	DE 2ª À 6ª FEIRA	DAS 9H AS 12H DAS 14H AS 18H
OFTALMOLOGISTA DRA CRISLAINE CRONHARDT FONE: 3480 22 96	3ª, 4ª E 5ª FEIRA	DAS 9H AS 11H DAS 13H AS 16H
PSICÓLOGA CARMEN DO PRADO FONE: 3480 62 50	DE 2ª À SÁBADO	DIVERSOS HORÁRIOS
PSICÓLOGA ROGÉRIA FERRARI FONE: 9838 54 44	DE 2ª À SÁBADO	DIVERSOS HORÁRIOS

Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos, Cortiça e Afins de Guaíba CGC90.830.183/001-6. Rua Bento Gonçalves, 304- Guaíba-RS Fone/Fax: (51) 3480 29 00 Fone: (51) 3480 29 73 - Tiragem: 1800 exemplares

Diretoria - Presidente: João Carlos da Silva Caldas; **Vice-presidente e Diretor de Formação e Relações Sindicais:** Walter Tomaz Fogaça de Oliveira; **Tesoureiro:** João de Deus Machado Nunes; **Secretário Geral :** Valter Corrêa Andriotti; **Diretor de Saúde, Previdência, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente:** Jorge Luiz dos Santos; **Diretor de Divulgação e Cultura:** Solismar Zembruk Silveira; **Suplentes da Diretoria:** João Francisco de Oliveira Costa, Sérgio Vitelli Maier, Cristiano de Oliveira Bittencourt, Valdeni Nunes Moraes, Pedro Bitdinger, César Augusto Peteffi e Renato Maia; **Conselho Fiscal - efetivos:** Anselmo Oliveira, Antônio Sérgio Chaves Ribeiro e Lauriano Duarte Rodrigues; **Suplentes do Conselho Fiscal:** Sérgio Roberto Viegas Salazar, Getúlio Insabralde Alberto e João Leonar da Silva; **Titulares da Delegação Federativa:** Rubem José Souza Cruz e Adriana dos Santos Filandro; **Suplentes da Delegação Federativa:** José Luis Belini e Zilá Terezinha Jardim Centeno; **Delegados Sindicais:** Adelino Leites da Silva, Ernani Andriotti Peixoto e Jorge Francisco Kroeff.